

*Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas
Institucionalizações e resistências na sociedade de controle*

Projeto Temático FAPESP

Fluxo Penalização a céu aberto

Relatório 2011

Apresentação

Este relatório descreve as atividades do fluxo *penalização a céu aberto* (PCA) realizadas no período de março de 2011 a fevereiro de 2012.

Durante esse segundo ano do fluxo PCA no Projeto Temático Ecopolítica (PTE) as atividades seguiram os dois movimentos indicados no relatório anterior. O *primeiro*, relacionando o mapeamento das tecnologias de poder que configuram as práticas de governos nas cidades como *campos de concentração a céu aberto*; o *segundo*, seguido os levantamentos para traçar as linhas de uma cartografia das resistências na sociedade de controle, atento às suas possíveis inovações e esgotamentos, assim como seus processos de captura.

No primeiro movimento, destacam-se três levantamentos: a) a intensificação dos projetos de reurbanização de favelas, hoje chamadas de *comunidades*, com proeminência para UPP (Unidades de Polícia Pacificadora) e UPP social no Rio de Janeiro; b) o investimento massivo em políticas de combate aos psicoativos, em especial o *crack*, com policiamento e cuidados

(*cares*) em projetos como *Consultório de rua*; c) as práticas de governos difusos na chamada sociedade civil organizada pelo que vem sendo chamado de *negócio social* com o desenvolvimento de *tecnologias sociais*.

No segundo movimento, *resistências e capturas*, o ano de 2011 foi surpreendente, e apresenta três levantamentos principais: a) o acompanhamento da série de protestos pelo planeta a partir do que se chamou de *Primavera Árabe*, impulsionando movimentos ocupação de praças e ruas como ação de *indignados*, tanto na Europa (Espanha, em especial), quanto na América Latina (Chile, em especial), além do movimento *Ocuppy Wall Street*, no EUA (ver *Revista Ecológica* 2); b) os desdobramentos e implicações das tecnologias computo-informacionais nos movimentos de contestação contemporâneos; c) a conclusão da pesquisa *@anarquismos na internet* que acompanhou a correspondência eletrônica dos anarquistas no Brasil entre os anos de 2006 e 2009, sistematizadas em tabelas que mapearam suas conexões, temáticas e campanhas.

Nos dois movimentos a atenção voltada para a vinculação de práticas locais aos projetos de metas globais expressos nos documentos orientadores do PTE: *Metas do Milênio*, a *Carta da Terra* e a *Agenda 21 Brasil*.

Rotas

No final do ano de 2011, o levantamento do fluxo *Direitos* apontou para um material que promove, no interior da *Secretaria de Defesa Civil* do *Ministério da Integração Nacional*, a construção de *idades resilientes*. Trata-se de uma noção a ser investigada em suas relações com a noção de *cidade sustentável*, considerando a potencialidade catalisadora das práticas difusas de investimento político no espaço urbano, como mostram os levantamentos realizados até agora. Além disso, interessa os usos da designação e do conceito

de *resiliência* pela capacidade que esta mostra em conter rebeldias e aparar resistências (Oliveira, 2011).

Observa-se uma dupla incidência a ser investigada, simultânea à política dos *campos de concentração a céu aberto* e às resistências na sociedade de controle. De um lado, a *resiliência* como designação de uma modulação do *campo de concentração a céu aberto*, que ao atualizar a lógica do castigo, favorece recompensas *dignas* e emotividades, permitido suportar elasticamente as investidas de práticas de governo (Cf. Oliveira, 2011, em especial, pp. 83-94). De outro lado, a noção de *resiliência* pode levar a uma compreensão mais aguda da situação das resistências no presente. No campo de atuação da chamada sociedade civil organizada, a referência mais comum, quando se propõe atuação, modificação e gestão do espaço urbano, é a noção de *idades sustentáveis*¹.

No Brasil as principais conexões, para promoção e gestão de cidades sustentáveis, estão em torno da AVINA local (<http://www.ecodesenvolvimento.org.br>). Esta se conecta via o *Programa Cidades Sustentáveis* (<http://www.cidades sustentaveis.org.br>), realizado pelo Instituto ETHOS, a *Rede Nossa São Paulo* (www.nossasaopaulo.org.br) e *Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis* (<http://rededecidades.ning.com>). O programa e toda rede de promoção recebem apoio da AVINA e do *Instituto Grapyauú*. Entretanto, a designação de *idades resilientes* não aparece relacionada a nenhuma dessas organizações, apesar de estar anunciada como proposta destinada à construção de cidades capazes de absorver traumas e desastres

¹ Cf. é possível verificar nas organizações em torno da principal articuladora das ações em trono do desenvolvimento sustentável, a AVINA (www.avina.net). Presente em 12 países latinoamericanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai) ela fomenta o desenvolvimento sustentável, conectando lideranças sociais com lideranças empresarias. Inclui, como práticas imprescindíveis à sustentabilidade, a gestão transparente e a participação democrática, tanto em âmbito empresarial, quanto no do governo de Estado. Busca a satisfação e a inclusão nas chamadas “boas práticas” de todos *stakeholders*, forma usada pelo jargão empresarial para se referir às partes envolvidas num negócio, de acionistas aos consumidores e comunidades em torno.

naturais e sociais (cf. www.defesacivil.gov.br/cidadesresilientes), como área da Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração. Partindo desta indicação, seguem os levantamentos em torno dos programas de *idades sustentáveis*, e com atenção a uma possível nova designação ou conceito analítico em torno da noção de resiliência.

Situações estratégicas 1

As pesquisas do fluxo PCA seguiram utilizando, mas não exclusivamente, a principal ferramenta de busca *online*, *google.com*.. Com um ano de projeto já percorrido, há material sistematizado na forma de relatórios de Iniciação Científica, arquivo eletrônico de *notícias*, relatórios temáticos produzidos ao longo do ano, compilação de documentos eletrônicos disponibilizados no site do projeto, divulgação de resultados em congressos nacionais e internacionais e na forma de publicação de artigos, além da aquisição e análise de bibliografia atualizada.

Outra maneira utilizada para acompanhamento *on line* das temáticas do fluxo foi a da inclusão do e-mail do pesquisador em listas eletrônicas de recebimentos de notícias regulares, especialmente referentes aos eventos de 2011, depois do que ficou conhecido como *Primavera Árabe*. Ocorreu, simultaneamente, o acompanhamento de periódicos mensais, como *Le Monde Diplomatique* e *Revista Política Externa*, como registros a respeito da cobertura analítica e opinativa sobre a onda de protestos, levando, também, ao encontro de informações sobre tecnologias de governo e de controle atuais, como as *tecnologias sociais*.

Com relação à utilização da ferramenta de busca na internet, observou-se a necessidade de estudar suas limitações e condicionamentos. Não se ignoraram os dois riscos de uma pesquisa eletrônica: a) o condicionamento, estabelecido por *ranking* de regularidade de temas de interesse e localização geográfica de IP,

estabelecido por algoritmos matemáticos, mapeados e monitorados por empresas especializadas para fins de propaganda e *domínio de mercado*; b) a possibilidade do pesquisador se perder em páginas e documentos, que se conectam a outros infinitos links, transformando o pesquisador em análogo ao *hakikomori*.

O relatório de notícias na imprensa escrita seguiu acompanhando os dois jornais de maior circulação no estado da pesquisa, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Estes acompanhamentos finalizaram a sistematização de tabelas que reúnem os interesses específicos do fluxo, agrupados por temas. A sistematização do material coletado compreende o ano de 2010, e produziu o seguinte elenco de temas: AIDS, Anarquismos, Artes, Bolsa Família, Ciência, Catadores, Classe C, Crack, Crise, Consumo, Desenvolvimento Econômico, Drogas, Empreendedorismo, Espaço Sideral, Estatística, Favelas, Filantropia, Inclusão Social, Índice de Confiança, Internet, Mega Eventos (Copa e Olimpíadas), Meios de Comunicação, Mercado de Trabalho, Monitoramento Eletrônico, Moradia, Objetivos do Milênio, ONGs, PAC, Pirataria, PPP (Parcerias Público Privadas), Pobreza/ Fome/ Segurança Alimentar, Políticas Públicas, Politicamente Correto, Protestos, Responsabilidade Social, Saúde, Saúde Mental, Tecnologias, Trem-Bala, Urbanismo, Voluntariado.

Ainda que o ano de 2011 não tenha sido tabulado e sistematizado no relatório de notícias, destacaram-se os meses de abril a junho. Nestes, as notícias informavam sobre a investida estatal em promover a internação compulsória de usuários de *crack*, em especial de crianças e jovens. Este evento chamou a atenção dos pesquisadores, que passaram a buscar a produção de novas *tecnologias de governo das ruas*. Estas se caracterizam pelas modulações colaborativas de grupos e indivíduos, ligados aos governos do Estado e da sociedade civil organizada, gerando empregabilidades e institucionalizações inacabadas. Tanto os empregos quanto o inacabado das institucionalizações se fazem e refazem pelas conexões de interfaces colaborativas, retroalimentados

por um investimento, não mais na conscientização, mas na sensibilização emocional de cidadãos em torno do cuidado de usuários de *crack* que *devem* receber atendimento, seja por internação, seja no próprio local, conhecido como *cracolândia*. A eles acrescem-se as medidas filantrópicas e religiosas, como ocorre no centro de convivência, chamado *Cristolândia*, no qual cristãos católicos e pentecostais compartilham espaço no cuidado dos usuários. Configura-se uma situação próxima de uma *emotividade governamental* conectada à racionalidade neoliberal no trato das questões de segurança (Campbell, 2011: 43-76). Para além desse componente emocional, os variados programas, em torno dos cuidados com usuários de *crack*, mostraram a definitiva identificação entre política de segurança e política de atendimento em saúde, que consideram, para além das definições iniciais da sociologia da Escola da Chicago, os fatores ambientais na promoção de saúde e segurança.

Os resultados dessa pesquisa encontram-se no conjunto de documentos retirados do site do governo dedicado ao Plano de Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (Decreto 7.179 de 20 de maio de 2010), seguido do Programa Nacional de Enfrentamento ao Crack (de dezembro de 2011) e recebeu uma primeira sistematização analítica em *hypomnemata 135*, de julho de 2011 (ver <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=163>). A principal meta é a da criação dos *Consultórios de Rua*, iniciado no estado da Bahia e desenvolvido pela Faculdade de Medicina da UFBA (Universidade Federal da Bahia). No programa de combate ao *crack*, para conter perturbações, vê-se a combinação de controles médicos de condutas diagnosticadas a céu aberto como transtornadas (no caso, a compulsão por uso de drogas), combinados com reiteração das internações, como outra forma de continuidade das instituições austeras na sociedade de controle.

As novas tecnologias de governo relativas à abordagem da loucura, transtornos e contenção das perturbações, foram também expostas na *Aula-Teatro 10* do Nu-Sol, *Loucura*, e em artigo apresentado por Edson Passetti no

Colóquio Internacional Michel Foucault, realizado na PUC-SP, e dedicado aos 50 anos da publicação de *Histórica da Loucura na Idade Clássica*.

A realização dos projetos de iniciação científica, vinculadas ao fluxo temático foi fundamental para o cumprimento das atividades previstas em relatório anterior. Os cinco projetos levantaram e sistematizaram material relativo aos programas de UPP e UPP social, mostrando sua rápida expansão. Desde sua formalização até presente momento 40 unidades em 19 favelas ocupadas, produzem a posituação da favela e consolida sua imagem como *comunidade*, fruto de orgulho e da dignidade de seus habitantes — sentimentos reforçados por OSCIPS, como a CUFA (Central Única das Favelas) e o Afroreggae. Estas últimas compõem *tecnologias sociais* que ganham dimensão planetária, vinculadas aos objetivos dos documentos principais do PTE; estão conectadas com um investidor *grupo de empresários com responsabilidade cidadã* que faz da *filantropia* um *negócio social*, aproximando-se das *foundations* estadunidenses e indicando uma nova institucionalidade para caridade de empresários. (Cf. apoio da pesquisa de IC dedicada ao *Instituto ETHOS* e seus parceiros que consolidam o discurso de verdade em torno da RSE — *Responsabilidade Empresarial*).

Negócios sociais

A partir da década de 1990, ganham espaço os movimentos e articulações dedicados a refletir sobre papel das empresas no campo social, construindo um novo espaço de incidência na qual passavam a ser chamadas a atuar de forma *cidadã*. Identificados mais ao conceito de *terceiro setor* e distantes dos movimentos sociais e das ONGs, criadas no final do regime civil-militar no Brasil, as empresas passaram a atuar com mais ênfase, diretamente ou por meio de seus *institutos* e *fundações*, em *programas sociais, ambientais e culturais*. O conceito de RSE introduziu a noção de *empresa cidadã*, como a responsável pelos

seus impactos na sociedade e no meio ambiente, gerindo as chamadas *externalidades* decorrentes da sua atuação.

De maneira complementar, ainda na década de 1990, esperava-se que as empresas criassem seus *institutos* e *fundações*, dedicados aos problemas sociais, o mais distante possível do negócio, de tal maneira que o interesse privado não *contaminasse* o alegado *interesse público*, levado adiante por suas organizações. Havia uma separação nítida entre o negócio e a contribuição que as empresas deveriam dar ao *desenvolvimento social*. A palavra *filantropia* foi, desde o início, substituída pelo conceito de *investimento social*, afastando o caráter assistencial e incorporando noções do setor privado ligado à gestão, avaliação, governança transparente e impacto social e ambiental do negócio.

A atuação das empresas estimulou a criação de um novo setor de organizações sem fins lucrativos, que operava principalmente como prestação de serviço — ONGs *profissionais* —, desvinculadas das reivindicações dos movimentos sociais e das organizações de base — essas últimas orientadas mais pela lógica de defesa de direitos. Essas organizações se fortaleceram e se multiplicaram entre as décadas de 1990 e 2000 com uma atuação próxima ao setor privado e também, vinculadas à execução de políticas sociais. De 1996 a 2005, houve um crescimento de 215% no número de associações e fundações no Brasil, segundo dados da FASFIL (IBGE, 2005), alcançando o número de 338 mil organizações registradas formalmente.

Estimuladas pelo acentuado crescimento econômico da década de 2000, muitas organizações começaram a buscar no campo dos negócios soluções para tratar de maneira mais efetiva os problemas sociais. A mesma *eficiência* do campo empresarial foi empregada agora para contribuir com a solução dos problemas sociais. Ampliou-se, com isso, a preocupação em mensurar de maneira objetiva os impactos alcançados, com indicadores econométricos e metodologias de avaliação e monitoramento importadas do setor de negócios. Neste sentido, criou-se um *mercado* das organizações sem fins lucrativos, com

organizações de apoio e controle capazes de estabelecer padrões para a atuação social. Não tardou para essa lógica de avaliação e monitoramento ser incorporada na chamada gestão pública, em especial nas gestões municipais, precisamente por força dessas novas organizações, que passaram a pressionar os governos para adotarem o mesmo princípio de transparência e gestão de resultados.

Amparado pela visão de que as empresas são mais eficientes do que o Estado e que as organizações sem fins lucrativos na oferta de serviços, esses negócios começaram a constituir experiências nas quais empresas utilizavam instrumentos de mercado para contribuir com algum objetivo social. O primeiro e mais notório exemplo é o *Grameen Bank*, fundado pelo economista Mohammad Yunus, que inaugurou um modelo de microcrédito em Bangladesh. Esses novos modelos de negócios, orientados não apenas pelo lucro, mas também pela realização de algum objetivo de *interesse público* passaram a ser reconhecidos pelo termo *negócios sociais*. A expressão brasileira desse tipo de iniciativa vincula-se às experiências nomeadas de *economia solidária* (proposta elaborada pelo economista Paul Singer), *tecnologia social* privilegiada na gestão de pequenos negócios, como cooperativa de catadores e demais experiências de empreendedorismo pela chamada base da pirâmide².

Alguns modelos de *negócios sociais* admitem a distribuição de lucro, elemento central na lógica empresarial, enquanto outros o proíbem, assumindo que todo o *superávit* precisa ser reinvestido na própria empresa. Esses modelos têm sido promovidos a partir da ideia de que é possível ganhar dinheiro e ao mesmo tempo *fazer o bem*. A associação entre fazer o bem e ganhar dinheiro

² Este é um ponto a ser explorado no próximo ano da pesquisa neste fluxo, na medida em que se constitui como zona de captura de um léxico vinculado à memória das resistências, que se explicita quando nomeiam algumas de suas experiências como projetos de autogestão. No caso do microcrédito criado por Yunus, ele nomeou sua proposta de *Banco Povo*, mesmo título usado por Proudhon, em seu projeto como deputado francês, em 1848, para financiamento das associações de trabalhadores, a juro *zero*. Proposta recusada unanimemente pela ameaça que representava ao domínio dos proprietários de fábricas, defendidos pelos demais parlamentares.

abriu espaço ainda a um novo *perfil* de profissional dedicado às questões sociais – frequentemente oriundo do mercado financeiro ou de outras áreas de negócios, sustentado pelo princípio de *empreendedorismo* econômico e social, que caracteriza o *intelectual mediador* (Passetti, 2011a).

Fortalece-se, assim, a renovação do movimento pela responsabilidade social, muitas vezes redimensionado pelo termo *sustentabilidade* ou responsabilidade sócio-ambiental, que convoca as empresas a transformarem seus modelos de negócios, inseridas agora em um contexto de uma *economia verde*.

Outra vertente articulada aos *negócios sociais* é frequentemente definida como *negócios na base da pirâmide*, entendido como negócios voltados à população de baixa renda, promovendo a sua entrada no mercado consumidor. O caráter social dessas atividades estaria justificado por ampliar o acesso ao mercado aos setores marginalizados, abrindo espaço para um conjunto de serviços a eles direcionados. No Brasil, no contexto de emergência de uma *nova classe média*, essas ações encontram terreno fértil para sua multiplicação.

Situações estratégicas 2

O material das IC's sobre a CUFA e o *Instituto ETHOS* possibilitaram mapeamento da constituição das *elites secundárias* e suas relações. Pela composição da diretoria e do conselho do *Instituto ETHOS* é possível notar as modulações do círculo colaborativo do *grupo entreaberto de empresários com responsabilidade cidadã* e sua fagocitose com *as elites secundárias* como a do círculo colaborativo da CUFA e do Afroreggae. Um exemplo é a figura de Oded Grajew e sua trajetória como agente social conectado aos empresários. Ele foi presidente do conselho deliberativo do *Instituto ETHOS* em sua fundação com o pioneiro projeto de introduzir o conceito de RSE. Continua como membro do conselho, mas passou a presidência a Sergio Mindlin (presidente da *Fundação*

Telefônica, maior investidora, em volume de recursos, em projetos para chamados “adolescentes em conflito com a lei”). Este conselho conta com Daniel Feffer, vice-presidente da Suzano papel e celulose, membro de iminente família investidora no agronegócio (como maior exportadora de matéria-prima para produção de derivados de celulose do Brasil) e diretora da ONG sustentável *Projeto Ecopolo*. Grajew é também, um dos fundadores do *Fórum Social Mundial* e membro do *Movimento Nossa São Paulo*, articulado com o grupo elaborador da *Carta da Terra*, por meio de conexões com Leonardo Boff. É um incentivador de ações de reurbanização de favelas e de revitalização das áreas urbanas degradadas, como as UPP no Rio de Janeiro e Nova Luz, em São Paulo. E, foi assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, cargo no qual foi sucedido por Sergio Mindlin.

Outro importante ponto da circulação e composição desse *grupo entreaberto de empresários com responsabilidade cidadã* nos negócios sociais é a maneira como trocam experiências e metodologias (chamadas de *tecnologias sociais*) na composição do fluxo de negócios em enclaves móveis, moduláveis e permeáveis chamados redes. Esse investimento em melhorias e programas sociais passou, gradualmente, das preocupações em torno da segurança, direitos humanos e institucionalização da democracia para preocupações sobre desenvolvimento sustentável com *qualidade de vida*, gestão transparente com monitoramento da sociedade civil (em governos e empresas) e participação cidadã como envolvimento cívico (de pessoas e empresas). Essa passagem é notável na constituição da *Rede Social Brasileira de Cidades Justas e Sustentáveis*³ — rede que agrega diversas organizações em todo Brasil, como a *Rede Nossa São*

³ Segundo a Carta de Princípios da Rede, “A Rede Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis é constituída por organizações sociais locais que têm como missão comprometer a sociedade e sucessivos governos com comportamentos éticos e com o desenvolvimento justo e sustentável de suas cidades, tendo como valor essencial a democracia participativa”. Cf. http://www.riocomovamos.org.br/portal/arquivos/carta_de_principios.pdf.

Paulo, Rio como Vamos e *Movimento Nossa Belém*, como “iniciativas da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos”, relacionadas ao *Bogotá, como vámos* (www.bogotacomovamos.org) – movimento da sociedade civil da cidade colombiana que, num primeiro momento, em 2002, mobilizou-se para responder aos problemas de segurança pública, gestão e informação na cidade e que hoje se amplia como movimento de ação cidadã de atuação contínua em torno da *qualidade de vida* na cidade, gestão distrital transparente e desenvolvimento sustentável.

Nessa breve história da elite do *negócio* social e ambiental, vê-se que o círculo colaborativo, entreaberto e retroalimentado não se movimenta da base ao topo, nem do centro para periferia, mas se expande e se contrai, elasticamente, segundo os interesses dos *negócios sociais* e das composições políticas possíveis com as *elites secundárias* e governos, considerando suas conexões com projetos que possuem financiamentos externos, mas gestão local e comunitária, como a CUFA.

As relações entre *grupo entreaberto de empresários com responsabilidade cidadã* e as *elites secundárias*, estão coordenadas em círculos móveis e elásticos capazes de produzir *resiliências*. O guia desse pastorado, não é mais a salvação eterna, mas a melhoria de vida de cada um e o bem viver no planeta, norteados por metas globais, como as expressas nas *Metas do Milênio* redimensionadas, ou adaptadas, como metas locais. Desta maneira combina-se pragmatismo e utopia, soluções imediatas e locais com visão de futuro global para as *novas gerações*. Os círculos se formam de modo entreaberto em torno da erradicação da pobreza e da preservação do planeta, ou ao menos da miséria extrema e aproveitamento de detritos⁴, conectada com cuidados ambientais e

⁴ Como mostra, também, o projeto *Brasil sem miséria*, lançado em junho de 2011 pelo governo federal brasileiro. Sobre esse projeto, ver <http://www.brasilsemiseriala.gov.br/conheca-o-plano/>. Tal projeto compreende ampliação do *Bolsa Família*, criação do *Bolsa Verde* e universalização do acesso à energia elétrica, dentre outras ações sócio-ambientais. O objetivo geral é atender 16,2 milhões de pessoas com renda mensal inferior a R\$ 70,00.

investimentos em microcrédito, complementação de renda para incentivar o empreendedorismo. Orientados pelo investimento em melhorias, aprimora-se cada arco do círculo, encurtam-se distâncias e se produzem sensações de fusões com emotividades. Entretanto mantêm-se entreabertos, pois tratam das dinâmicas de cada fluxo com o fluxo empresarial (*tecnologias sociais e negócios sociais*). Mais do que reiterar assimetrias, conectam práticas de governo locais e globais, produzindo uma indiscernibilidade entre governo do Estado e governo da chamada sociedade civil na nomeada gestão público-privada.

Esses círculos coordenados entre o *grupo entreaberto de empresários com responsabilidade cidadã* e as *elites secundárias* realizam uma racionalidade específica da governamentalidade neoliberal. Conformam um estado de polícia, entendido como “um governo que se confunde com a administração, um governo que é inteiramente administrativo e uma administração que tem para si, atrás de si, o peso integral de uma governamentalidade” (Foucault, 2008: 51). Com a diferença de que já se ultrapassou o dilema da crítica ao Estado em oposição à sociedade civil e a idéia de que o Estado possui em si um imperialismo endógeno, pois a aliança entre a chamada sociedade civil organizada e o Estado é comemorada precisamente porque distribui de maneira transparente o governo de Estado. Partindo da perspectiva de que “a análise dos micropoderes não é uma questão de setor, é uma questão de ponto de vista” (Idem: 258) e que o exercício de poder “é um feixe [aberto] de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 1979: 248), trata-se de buscar nesses investimentos pontuais suas mudanças de rotas e estratégias, especialmente após os anos 1990.

A constituição do *negócio social*, sua conexão entre o *grupo entreaberto de empresários com responsabilidade cidadã* e as *elites secundárias*, sua capacidade de articular metas globais (parametradas pelo fim da miséria) com ações pontuais, e estabelecimento de um novo campo múltiplo e móvel para além e aquém do poder de Estado, revelam novos efeitos de uma ação que é menos organizativa,

não mais piramidal, e sim coordenada e circular. Se a gestão da pobreza e os cuidados com os ambientes das cidades já faziam parte da estratégia ascendente e descendente de uma governamentalidade vinculada ao exercício biopolítico, as constituições de metas conectadas com a formulação de novos domínios e estratégias de atuação indicam deslocamentos dos domínios delimitados e analisados por Michel Foucault no final dos anos 1970.

Partindo do mesmo rastro metodológico relativo à análise dos micropoderes a hipótese a ser explorada é a da transformação e do deslocamento de estratégias de poder produtoras de efeitos — como constituição de formas de vida e coordenação de ações — que ultrapassam a forma biopolítica, incluindo elementos que antes não concerniam a essa governamentalidade específica.

Quanto ao fluxo *PCA*, busca-se essa hipótese na constituição dos *campos de concentração a céu aberto*, inseridos numa estratégia de poder ecopolítico. E, novamente, segundo um referencial metodológico que parte das próprias análises do biopoder em Michel Foucault, “e isso não por escolha especulativa ou preferência teórica; mas porque é efetivamente um dos traços fundamentais das sociedades ocidentais o fato de as correlações de força que, por muito tempo tinham encontrado sua principal forma de expressão na guerra, em todas as formas de guerra, terem-se investido, pouco a pouco, na ordem do poder político” (Foucault, 1988: 97). A intensificação dessa estratégia de correlação de forças num contexto ecopolítico considera, para desdobramento das análises, tanto a tese de Frédéric Gros (2009) sobre o fim da guerra e a emergência dos estados de violência, quanto os investimentos sociais que formatam a guerra pacificada nos *campos de concentração a céu*.

Os levantamentos realizados nesse segundo ano de pesquisa mostram a expansão da atividade de governo como exercício administrativo de riscos globais e locais, segundo os negócios e tecnologias sociais na pacificação de zonas tidas como vulneráveis.

Governo nos campos de concentração a céu aberto: tecnologia social e negócio social.

A relação entre *tecnologias sociais* e *negócios sociais* indica uma nova adequação que ultrapassa a chamada gestão público-privada e amplia o campo de formas híbridas de governo além e aquém da gestão estatal. Ambas são apresentadas em conexão planetária por meio das metas globais a serem perseguidas *por todos*, segundo a lógica de ação local remetida a problemas e soluções globais. As duas práticas convergem para o objetivo de produzir melhorias nas condições de vida a partir de projetos comunitários, participativos e sustentáveis. Apresentam um entendimento de sustentabilidade para os projetos e atuações, organizado em três eixos articulados: a) *sustentável ambientalmente*; b) *sustentável economicamente*; c) *sustentável socialmente*.

Tecnologia social e *negócio social* não são sinônimos. A *tecnologia social* pode ser vista como acúmulo de saber que torna um *negócio social* possível e realizável. Para que os dois aconteçam, é necessária uma conduta empreendedora e participativa, tanto em relação à comunidade, quanto aos recursos naturais de uma região. Nessa conexão são privilegiados os projetos que valorizam culturas locais. A diferença fundamental entre *negócio social* e *tecnologia social* está no fato da última se definir como um acúmulo de práticas que podem ser replicadas, copiadas, duplicadas e difundidas por várias áreas de intervenção social, como programas de governo de Estado, ações civis de ONGs e OCIPS ou mesmos negócios comunitários e pequenos empreendimentos sociais. O *negócio social*, por sua vez, mesmo que parta ou se defina como uma *tecnologia social* é caracterizado como uma ação social de mercado, ou seja, uma intervenção social que também gera lucros que, por sua vez, promove distribuição de renda e sustentabilidade econômica das ações, em especial ao atingir as populações mais pobres ou identificadas como

vulneráveis. Em relação a esse último ponto, as tecnologias sociais mais comuns são as chamadas ações de economia solidária ou as cooperativas de autogestão, como as compostas por catadores de material reciclável ou produtores de artesanatos regionais.

Segundo um dos principais difusores das práticas e do conceito de tecnologia social (a *Fundação Banco do Brasil* e o *Instituto Polis*), esta

“compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Está baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras. As Tecnologias Sociais podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala”.⁵

Nesse sentido, uma *tecnologia social* pode ser utilizada por uma ONG ou uma OSCIP, mas também como programa específico de governo de Estado em políticas sociais. Mesmo não indicado explicitamente, as *tecnologias sociais* estão preferencialmente em conformidade com as *Metas do Milênio*, como pode ser constatado pela relação de projetos ganhadores do prêmio da *Fundação Banco do Brasil*, em 2011⁶. A orientação geral responde à primeira meta (“Erradicar a extrema pobreza e a fome”), enquanto as especificidades de cada projeto ganhador, distribuído por região, contemplam as metas ligadas à sustentabilidade ambiental, o aumento da participação política de jovens e mulheres (também apresentada como *empoderamento*), com geração de renda e dignidade comunitária. Para isso, turismo comunitário, projetos agroecológicos,

⁵ CF. <http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/tecnologia-social/>, consultado em 20.01.2012.

⁶ Fundação Banco do Brasil. *Tecnologia Social para superar a pobreza*. São Paulo: Instituto Polis, Janeiro de 2011 (Encarte especial).

habitação comunitária, recuperação de áreas degradadas, microcrédito para negócios sociais e empreendedorismo individual, ressocialização de detentos e protagonismo juvenil, são as áreas nas quais é possível criar metodologias e produtos em favor da melhoria das condições de vida e das condições ambientais do planeta (também sintetizadas como *qualidade de vida*)⁷.

Essas tecnologias sociais objetivam fornecer escopo suficiente para produção de uma gestão compartilhada da propriedade comum, visando tanto superar dramas pessoais, quanto sociais e econômicos, mostrando-se eficaz, também, na gestão de conflitos locais⁸. Sempre direcionadas aos contingentes identificados como vulneráveis ou em situação de risco, realizam a contenção de possíveis conflitos internos e/ou externos, não pela punição imediata, mas pelo círculo de responsabilidades comuns que a gestão compartilhada fomenta ou visa ampliar. Como indica Shirky, discutindo a gestão compartilhada em redes sociais digitais ou grupos sociais coordenados pela internet: “grupos que gerenciam problemas de recursos comuns assumem um compromisso com uma norma de cooperação. É diferente da capacidade de ver o mau comportamento

⁷ Idem pp. 4-15.

⁸ Em relação à democratização da gestão de conflitos e judicialização das relações políticas no interior de instituições e comunidades, a tecnologia social privilegiada é a *justiça restaurativa*. Iniciada na Austrália e difundida a partir de experiências canadenses, com forte expansão via ONU (segundo a Resolução 2002/12, da 37ª Plenária, de 24 de julho de 2002, que estabelece os princípios de aplicação reportando à Resolução 1999/26, de 28 de julho de 1999, intitulada “Desenvolvimento e Implementação de Medidas de Mediação e Justiça Restaurativa na Justiça Criminal”, ambas no interior do conselho Econômico e Social da ONU). Essa prática se institucionaliza no Brasil, sobretudo via secretarias estaduais de educação. Sua institucionalização mais recente provém de um acordo entre o *Ministério Público* e a *Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo*, para capacitar mais de 3 mil educadores e distribuir 15 mil cartilhas de orientação para resolução de conflitos orientada pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e segundo o princípios da justiça restaurativa. (Cf. <http://www.educacao.sp.gov.br/imprensa/secretaria-da-educacao-e-ministerio-publico-firmam-termo-de-cooperacao-para-ampliar-protecao-a-comunidade-escolar>, consultado em 15.02.2012). Sobre a Justiça Restaurativa e judicialização ver artigo do pesquisador Acácio Augusto para o *I Colóquio Internacional Michel Foucault e a judicialização da vida* (<http://www.youtube.com/watch?v=LGfcYC2MfmM>) e a dissertação de mestrado de Anamaria de Aguiar e Salles, 2011. Sobre os programas planetários de justiça restaurativa consultar <http://www.restorativejustice.org/>.

e puni-lo. A infração com que é mais fácil de lidar é aquela que não acontece, então, fazer com que os integrantes internalizem uma noção de certo e errado, ao lidar com direitos de irrigação ou de pesca, torna-se uma ferramenta essencial. (...) pessoas em circunstâncias sociais vão moderar seu comportamento para ser menos egoístas” (Shirky, 2011: 104).

Para ser um *negócio social* é preciso gerar lucro, renda aos participantes, além de inovação e expansão de mercado. Outro bordão comum dos negócios sociais é “entre ganhar dinheiro e melhorar o mundo, fique com os dois”. A organização, pioneira em negócios sociais no Brasil, é a *Artemisia* (www.artemisia.org.br), criada em 2003, e que pretende difundir a prática num país que seu site avalia como “um pólo internacional de negócios de alto impacto social”. Essa organização está ligada a *Potencia Ventures*, enclave internacional voltado para produção e catalização de “investimentos voltados para base da pirâmide”, composto pela própria *Artemisia*, a *Vox Capital* e outras co-criações desenvolvidas em parceria com uma variedade de outras iniciativas na América Latina, Ásia, África Ocidental e Europa.

Investindo em jovens universitários e difundindo a ética do *empreendedorismo social*, a organização não apenas articula planetariamente financiamentos, como busca fomentar valores, e mostrar em que se diferencia de ONGs e de empresas convencionais ou que de quem não investe em *negócios sociais*. Nesse último ponto também sublinha sua diferença tanto em relação à filantropia de procedência cristã, quanto da RSE, como visto anteriormente. Os valores anunciados são os das pessoas como fonte complexa e inspiradora, comprometimento com resultados de alto impacto, aprendizado em práticas transformadoras, vanguardismo nas ações, dinamismo na interação entre idealismo e pragmatismo e, por fim, alto desempenho produzido por um ambiente de trabalho descontraído (Naigeborin, 2010: 1-10).

Seja como *negócios sociais* ou *negócios inclusivos* (como define o PNUD ou a AVINA), ou mesmo, segundo a expressão em inglês *For-benefit organizations*,

os *negócios sociais* se expandem ainda mais no âmbito das práticas de governo, potencializando política e economicamente o que chamam de base da pirâmide. Os *negócios* propõem a inversão por meio de imagens ilustrativas de suas ações, indicando potencialização das teorias do capital humano do final dos anos 1970, mostrando sua efetividade em melhorar a vida até mesmo dos mais miseráveis. Ao investir na capacidade empreendedora de universitários em produzir dignidade e valor social entre pobres, miseráveis e populações tradicionais, refaz os círculos concêntricos que articulam o *grupo entreaberto de empresários da responsabilidade social* e as elites secundárias, fazendo o governo funcionar *como que por si só*, numa lógica de mercado *infradimensionado*. Repõe hierarquias e produz um controle local com projeção global.

Como situa Naigeborin, consultora da *Potencia Ventures*, na abertura do artigo de referência sobre os negócios sociais “O que é, para você, ter uma vida digna? Qual é o seu conceito de sociedade desenvolvida? Em que medida o seu bem-estar depende do bem-estar de outros? Essas perguntas tornam-se realmente críticas quando analisamos algumas estatísticas sobre a qualidade de vida e acesso a bens e serviços básicos de grande parte da população global” (Idem: 1). Explicita, desta forma, que os problemas globais são o mote do negócio, e conclui: “a consolidação dos negócios sociais emergentes, a incorporação de novos atores, a criação de centros de estudos nas universidades e fora dela certamente contribuirão para o avanço da compreensão do significado desse novo modelo para o mundo e de sua capacidade de colaborar para a solução dos graves desafios sociais e ambientais que a sociedade já enfrenta” (ibidem: 10). O duplo formado por *tecnologia social* e *negócio social* indica certos caminhos para as práticas de governo contemporâneas fazendo crer que a inversão produz transformação.

A pesquisa registrou até o momento mudanças, que repõem a mesma ordem, e redimensionamentos, que expandem as práticas de governo, sem alterar assimetrias e hierarquias na propalada redução das desigualdades

(afinal, para a teoria do capital humano a desigualdade é importante e fomentadora de *melhorias*). Assim, inverte-se a pirâmide como lógica de mercado e projetam-se, horizontalmente, os exercícios de poder. Os componentes passam a ser: sensibilidades e emoções, no lugar da consciência; convocação à participação, refazendo e formando lideranças, elites e representações; conectividade global e ocupação global, como forma de atuação no imobilismo local, comunitário; todos geridos em círculos entrecortados e produzindo novas institucionalidades em torno da melhoria de vida (o hemocentrismo dos círculos funciona como interceptador do excêntrico).

Esses componentes acima, incorporados às novas formas de fazer política, na medida em que produzem efeitos institucionais, já começam a ser indicados nas estratégias contemporâneas de organização da vida política até mesmo por políticos reconhecidamente tradicionais, como expressou o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em recente livro. Segundo seu diagnóstico, “os partidos não são capazes de tratar das questões reais que interessam ao dia a dia das pessoas. Estão cada vez mais desligados do mundo real. (...) O governo não pode viver só do Congresso e o próprio Congresso passa a ser visto pelo governo e, também, em parte, pela sociedade como empecilho para se fazer o que a sociedade precisa. Daí provém o desprestígio do Congresso, dos partidos. Não apenas desse congresso ou desses partidos” (Cardoso, 2011: 89). Diante dessa constatação, conclui que a legitimidade deve ser produzida junto aos chamados movimentos extra ou suprapartidários ligados aos jovens e às pessoas familiarizados com as redes sociais digitais. Como situa mais adiante, “essa participação pode ser fragmentada, desorganizada, mas precisa desembocar, de um jeito ou de outro, em algo mais organizado, de tal maneira que a regra, ao ser imposta, tenha passado por momentos de discussão mais ampla, não apenas institucional, que envolva a sociedade, que tenha um ingrediente de emoção, de aceitação com emoção da

decisão que vai ser tomada, e não somente uma submissão passiva à decisão porque a instituição ainda tem peso e capacidade de coerção” (Idem: 142).

Destaca-se na pesquisa a presença da valorização emocional no processo de produção de regras, que se desdobra na produção de assujeitamento dos mesmos convocados a elaborar essas regras. Há uma politização extensiva, que não vê mais a política como atividade exclusiva de partidos ou instituições tradicionais como sindicatos e associações de moradores, o que amplia o amor à obediência, pois ao *fazer parte*, ele não ama mais o líder, mas ama o processo do qual participa.

Se para Richard Sennett (2006), a imagem do MP3, veio substituir, como imagem da hierarquia a pirâmide weberiana, a colaboração em círculos conectados (características das redes sociais digitais) responde, em certa medida, à dinâmica de exercício de poder no jogo colaborativo dos *campos de concentração a céu aberto*. Da mesma maneira que a compaixão cívica, também defendida por Sennett (2001), ganha status de negócio altamente rentável, respondendo, lucrativamente, ao problema apresentado por ele aos empresários em Yale, como questão central da nova cultura do capitalismo — o que fazer com os desocupados, legados à obsolescência pelas novas tecnologias? Os *negócios sociais* também respondem a esse problema mais que social, econômico ou político, pois é da ordem da produção de subjetividades em um capitalismo renovado, de cultura renovada. Esse problema levantado no começo da década de 2000, já encontra respostas no começo da década seguinte.

O *campo de concentração a céu aberto* se refere a uma tecnologia de governo que opera não em lugares de confinamentos fechados, nem mesmo por uma delimitação territorial remetida a um centro físico, localizável. Trata-se de uma administração da vida, com policiamento mútuo, promoção de melhoria de vida, território monitorado por seus próprios habitantes, comunidade compreendida como território físico e emocional, afetivo e cultural. É um dispositivo inclusivo de participação que amplifica as modalidades de

encarceramento, entendido como inclusão no interior dos arcos componentes desses círculos *conectados* e *entreabertos* moduláveis, cognitivos e afetivos.

As pessoas, que convivem sob um mesmo regime de governo, respeitam e valorizam, cognitiva e afetivamente, o lugar onde nasceram e a história da qual se sentem protagonistas. Trata-se da produção de práticas de assujeitamentos que as mortificam, não por uma imposição externa, mas por uma decisão voluntária em se manter na condição de assujeitados, ampliando e solidificando os efeitos da soberania entre os *súditos*. Prosseguem dinamizando o acolhimento de sua participação contínua para a melhoria das mesmas e históricas condições de existência, que agora se agregam e produzem em território afetivo comum. Esses territórios podem ser letras de música rap, blogs ou qualquer forma de mídia que, vez por outra, catapultam uma das figuras para outras margens dos círculos. Mas não somente. Estas pessoas são formadas nas experiências de *tecnologias sociais* e aptas, em seguida, aos *negócios sociais*.

Os círculos conectados e entreabertos, na lógica do *campo de concentração a céu aberto*, estão sob a dupla condição de pobreza/melhoria de vida. Todos devem estar mais ou menos próximos, conforme seu envolvimento, participação e colaboração para não empobrecer, mas para melhorar. Assim, cada nível funciona, para cada um, como sua ultrapassagem das metas estabelecidas para *todos*, pela sua capacidade *individual* de empreender: mirar o futuro, ocupando-se do presente.

Abre-se uma possibilidade de inteligibilidade na configuração das práticas do campo de concentração, seu campo de produção política e de subjetividades. O governo compartilhado, com policiamento mútuo, sob qual o mal-estar não é mais individual, mas se expressa coletivamente como desejo de estar bem, conecta colaborativamente os fluxos empreendedores. Pelas potencialidades de autonomia e competência de cada um amplia-se a convocação à participação transbordante de sensibilidades e emoções; na

conectividade planetária, produz monitoramentos mútuos, uma *vida policiada*; exercita-se no interior do pastorado colaborativo, na administração de riscos e possibilidades e em torno da solução de problemas coletivos e do planeta; conforma uma vida polícia que amplifica o amor pelo governo (por governar e ser governado, simultaneamente) como produto das relações compartilhadas. Decorre dessa produção política, subjetiva e moral a dificuldade de se perguntar pelas resistências, na medida em muitas das práticas dos resistentes de outrora, aparecem incorporadas e metamorfoseadas em práticas de governo participativo e produção de assujeitamentos.

Resistências e capturas: protestos globais, internet e novos movimentos

Em relação à situação das resistências na sociedade de controle e suas capturas, o ano foi em grande medida dedicado à chamada onda de protestos e movimentos de ocupação de praças ou de *indignados*, além de recorrência às machas nas ruas, como as *Marcha da Maconha* e *Marcha das Vadias (Slut Walk)*. Para isso, foram dedicados dois seminários internos e se produziu duas tabelas de acompanhamentos específicos. Uma sobre o uso do Facebook como ferramenta difusora desses protestos e marchas, e outra elencando as marchas realizadas no Brasil, entre maio de 2010 e dezembro de 2011. O acompanhamento, no Brasil, que também utilizou o Facebook como ferramenta de pesquisa, relativo à ocorrência dessas marchas, registrou 119 eventos que abordaram desde a legalização da maconha até a oposição à construção da Usina de Belo Monte.

Ainda relacionada aos protestos de 2011 a seção *Paisagens* da revista eletrônica *Ecopolítica 2*, dedicou a uma seleta de imagens desses eventos no Magreb, Espanha, Chile, Londres e EUA, diferenciando-os dos eventos e

protestos gregos que ocorrem desde 2006. Além dessas produções, realizou-se levantamento bibliográfico sobre o tema e compilação de artigos, notícias e entrevistas com comentários sobre os eventos. Da mesma maneira que se acompanhou a emergência destes protestos, deu-se continuidade aos desdobramentos dos protestos na Grécia, iniciados em 2006, e agravados após o assassinato de um jovem anarquista de 14 anos. A compilação do material pertinente a esses eventos foi organizada em três temas analíticos e a lista de endereços segue ao final do relatório.

O primeiro tema analítico foi *política radical*, no qual se agrupou sites referentes aos movimentos de ocupação no planeta, desencadeados em 2011, assim como textos e entrevistas opinativas. Há desde portais de acompanhamento regular dos movimentos até matérias de jornais sobre os dias protestos, considerados relevantes para a pesquisa.

O segundo tema analítico, *política anarquista*, agrupou sites de associações, periódicos, arquivos eletrônicos e portais de notícias dedicados à compilação e difusão de material anarquista e/ou sobre os anarquismos, seja contemporâneo ou de livros e documentos históricos. Destes foi possível extrair desde livros completos, em formato *PDF*, até textos breves sobre algum evento pontual, texto em associações ou pessoas e seus posicionamentos diante de um evento ou manifestação. A esta compilação soma-se o material e tabelas que compõem o arquivo da pesquisa *@anarquismos na internet*.

No terceiro tema analítico, *pós-anarquismo*, encontram-se textos atuais que discutem as implicações, propostas e problematizações do que se nomeia como pós-anarquismo ao se referir a uma leitura contemporânea do anarquismo histórico a partir das contribuições recentes de autores agrupados, genericamente, no que se convencionou chamar de filosofia pós-estruturalista — maneira de nomear autores tão diversos entre si como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jaques Lacan, Jean-François Lyotard e Jaques Derrida. Esse tema analítico também inclui levantamento bibliográfico, que contrasta com outro

conjunto de autores que laçam mão desses filósofos da segunda metade do século XX para produzir uma renovação contemporânea do marxismo.

Com este breve arquivo eletrônico apresenta-se como se encontrou, na web, durante o ano de 2011, a situação das resistências na sociedade controle, tomando como referência os anarquismos. O ano de 2011 mostrou-se difuso e variado pelo volume de protestos de rua. Constatou-se a efemeridade das ações espetaculares e seus efeitos de composição pela variedade de comentadores e apoiadores. Da mesma maneira se consolidou pela leitura da grande imprensa e das entrevistas e artigos opinativos, uma visão dessa *nova geração*, do final da primeira década do século XXI, como portadora de novas formas de fazer política, desvinculada dos partidos e organizações tradicionais; uma *geração* capaz de extrair o máximo de produtividade e politização das ferramentas de mídias sociais e dos celulares como maneira de ocupar a cidade, ganhar a vida e melhorar o ambiente em que vivem.

Os atuais movimentos de protestos de rua que povoaram o ano de 2011, como a chamada *Primavera Árabe*, os *Indignados* espanhóis e os movimentos de ocupação de praças iniciados com o *Ocuppy Wall Street*, em Washington-Nova Iorque, colocou três questões que foram trabalhadas em seminário do fluxo PCA: *o que é comum? Qual a relação da atualidade com 1968? Qual a relação desses protestos com as transformações institucionais ocorridas na Europa em 1989?*

As formulações sobre o *comum* foram buscadas nos escritos de Giorgio Agamben. Em relação à segunda questão buscou-se leituras contemporâneas do maio de 1968 francês e do *acontecimento 1968; 1989* foi abordado a partir das análises do historiador inglês Timothy Garton Ash sobre a queda dos regimes comunistas no leste europeu e luta por institucionalização de uma democracia liberal e representativa.

Há uma aproximação dos atuais protestos com a caracterização de Garton Ash sobre 1989, em especial pelo neologismo *refolução*, entendido como uma mudança de regime que formaliza uma ruptura negociada e a

institucionalização democrática das reivindicações de mudança de regime ou condutor. Na descrição do próprio Ash, trata-se de algo que ocorre “por uma mistura de protesto popular e negociação das elites, [onde] prisioneiros tornam-se primeiros-ministros e primeiros-ministros tornam-se prisioneiros” (Garton Ash, 1990: 22). Segundo a imagem cunhada pelo autor em referência à experiência da Revolução Francesa, a guilhotina, como instrumento da mudança e eliminação do antigo regime, cede lugar à mesa de negociações, ainda que ocorram enfrentamentos e violência pontuais nas ruas.

Partindo dessa caracterização, 1989 se mostrou muito diverso de 1968, por não se lançar, de imediato, em negociações de reivindicações; 1968 não se traduziu em reformas institucionais, mas provocou uma transformação da maneira de viver dos jovens, posicionados não como revolucionários, mas como revoltados (e seus desdobramentos já apontados em relatório anterior em captura pela pletora de direitos e conduta *moderada*). O efeito imediato, que a distância histórica possibilita indicar, é de uma mudança de costumes e práticas sem negociação, seguida de forte reação conservadora. Nos 1970 e 1980, essa reação tomou forma nas primeiras investidas da racionalidade neoliberal e nos investimentos em capital humano, metamorfoseando instituições austeras, ampliando os monitoramentos eletrônicos e renovando a cultura do castigo em moderada condutas orientadas pela defesa de direitos de minorias. As referências analíticas dessas metamorfoses das tecnologias de governo são as análises de Michel Foucault em *Nascimento da Biopolítica* (2008) e o artigo de Edson Passetti na *Revista Verve* volume 12, *Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado* (2007).

Em suma, enquanto 1968 fracciona e implode o absoluto pela revolta e a afirmação da multiplicidade, 1989 é a possibilidade político-institucional de recolocar o absoluto e o universal pela negociação e o entendimento da diversidade como pluralidade. A segunda data de acontecimentos mostra uma busca por direitos de cidadania, pela valorização da atuação da chamada

sociedade civil que, a partir da queda do muro de Berlin, é projetada globalmente. A hipótese a ser desdobrada é a de que os protestos globais iniciados em 1999 e espargidos em 2011 não possuem, ainda, a institucionalidade de 1989, mas também, não são expressão de potência como se instaurou o *acontecimento 1968*. A racionalidade contemporânea das institucionalizações inacabadas encontra rápida conformação para os eventos e as reivindicações, fazendo e refazendo instituições por meio de intervenções militares e humanitárias e o policiamento internacional realizado por governos ou instituições da sociedade civil planetária, como programas de monitoramento para contenção de abusos e desvios institucionais (Cf. o caso da transição do regime de Hosni Mubarak, realizada pelos militares do Egito, e a intervenção da OTAN, na Líbia, até o assassinato do ditador Muamar Kadafi, em outubro de 2011⁹).

Partindo dessa caracterização histórica, o esforço teórico de Giorgio Agamben em retomar a pertinência do sentido político revolução apresenta-se como uma chave analítica dessa atualidade de protestos. Para Agamben, a noção de revolução se constitui na busca do tempo messiânico (*kairós*), que recoloca a possibilidade da constituição do *comum* (*kainôn*). Assim a revolução estabelecerá uma interface como o tempo (opondo *kairós* a *cronos*). Isto ocorre como uma *ligeira* diferença, provocando um deslocamento que colocaria as coisas *um pouco fora do lugar*; produzindo, assim, um corte entre o mundo profano e messiânico.

Agamben parte da caracterização da noção de dispositivo, forjada por Michel Foucault, para afirmar a constituição do mundo dividido em duas

⁹ Esse monitoramento policial planetário não se restringe à ação de Estados ou de organizações internacionais de Estado, como a ONU e OTAN; a atuação da chamada sociedade civil global é cada vez mais significativa e se expande com articulação via fluxos eletrônicos. O exemplo mais notório desse monitoramento é plataforma *Ushahidi* (www.ushahidi.com), que significa *testemunho* em Suáli, criado inicialmente como uma rede social digital para denunciar violências durante as eleições de 2008, no Quênia, tornou-se uma plataforma planetária que produz mapas colaborativos de violência e monitora eleições na África, América do Sul e EUA.

grandes categorias: *os viventes* e *os dispositivos*. O sujeito moderno é, para ele, “o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos” (Agamben, 2009: 41), um processo de subjetivação. Ocorre que a velocidade dos atuais dispositivos, em especial os eletrônicos como os computadores e os celulares, produzem muito mais dessubjetivação do que processos de subjetivação. Agamben nomeia esse movimento como a produção de um sujeito *espectral*, uma existência que não encontra realização e vive entre o *ainda não* e o *não mais*. Esse sujeito espectral se produz na interação com os dispositivos hodiernos de controle, como a internet e os aparelhos celulares, mas também se prende ao que Agamben identifica como o primeiro dos dispositivos, a linguagem.

Dessa reflexão, deriva a sua conclusão de que resistir hoje reside em pensar além do sujeito, *uma singularidade qualquer*, um *gesto* que seria a ação do sujeito como suspensão. O *comum* se liga à própria condição de vivente desses sujeitos, o que situa a reflexão de Agamben no campo da biopolítica, ainda que o autor possua uma interpretação bastante idiossincrática da noção de Michel Foucault. Desta maneira, mesmo figurando como referência analítica para discussões no fluxo *PCA*, não há indicação, em Agamben, de ultrapassagem da noção de governo sobre a vida e dos processos de subjetivação como produtores de uma forma de vida. Mesmo que o autor proponha uma revisão teórica da noção de Michel Foucault, buscando-a antes do século XVIII, momento da emergência da biopolítica moderna, e remetendo a formação dessa tecnologia nos escritos antigos ou na literatura da Roma cristianizada, ele toma a biopolítica como chave de integibilidade analítica do presente.

Por fim, o autor coloca, em texto recente¹⁰, direcionado os movimentos presentes, que privilegiam o espaço da cidade, o desinteresse pela natureza

¹⁰ Ver Giorgio Agamben. “Metropolis”, em <http://www.generation-online.org/p/fpagamben4.htm>, consultado pela última vez em 20.02.2012.

psicológica, econômica e social desses processos políticos, em favor do questionamento dos processos de subjetivação, interpelando a capacidade de agir dos sujeitos (o que ele define como um *gesto*). E conclui: “porque que creio que o êxito do conflito dependerá exatamente disso: da capacidade de intervir e agir sobre os processos de subjetivação, de modo a atingir aquele ponto que eu chamaria de *ingovernabilidade*. Aquele ingovernável sobre o qual pode fazer naufragar o poder na sua figura de governo; e este ingovernável que é também para mim o início e o ponto de fuga de toda política”.

A questão que fica a ser investigada, diante da constatação de um esforço teórico em refazer a pertinência da revolução como ato instaurador de uma nova política é: como seguir pensando as transformações hodiernas, conectadas aos dispositivos eletrônicos, numa chave de análise da biopolítica? Quais as transformações que incidiram sobre a governamentalidade, tomada como governo das condutas, desde as primeiras investidas da racionalidade neoliberal nos anos 1970 até o momento de grandes transformações dessas duas últimas décadas?

Como previsto em relatório anterior, ainda acerca das resistências e suas capturas, o referido acompanhamento das relações entre ecologia e anarquismo, com atenção à produção de Murray Bookchin, foi realizado, resultando em Mini Curso, ministrado por Edson Passetti, *XXVI Encontro Nacional da ANPUH* e em artigo de Acácio Augusto, publicado na revista eletrônica *Ecopolítica*, v. 2 do PTE.

Também conforme previsto em relatório anterior, concluiu-se a pesquisa *@anarquimos na internet*, que se realizou entre os anos de 2009 a 2011, com tabulações de acompanhamento de sites e correspondência eletrônica de anarquistas no Brasil entre os anos de 2006 a 2009. As tabelas mostram: a) sites de editoras; b) lista de e-mails de associações; c) lista de e-mails da ANA (Agência de Notícias Anarquistas); d) sites de grupos que se denominam de anarquismo organizado; e) grupos de ações culturais, como anarcopunks. Além

das conexões entre as associações no Brasil e suas replicações de notícias de associações internacionais, a tabulação indicou uma incidência regular do debate sobre *organização anarquista*, como referências aos textos de Michail Bakunin, Errico Malatesta e Nestor Mackhno e 273 notícias sobre os acontecimentos da Grécia no período coberto pela pesquisa. Esta última foi decisiva para estabelecer as diferenças entre as ações diretas dos anarquistas gregos e aos movimentos de protesto que explodiram em 2011.

Duas referências analíticas importantes no acompanhamento das resistências durante esse ano foram o artigo de Saul Newman, *A servidão voluntária revisitada: a política radical e o problema da auto-dominação*, traduzido e publicado na revista *Verve* 20, e o livro de Daniel Barret, *Los sediciosos despertares de La anarquia* (2011). O primeiro analisa a incorporação das práticas anarquistas pela política radical contemporânea, desde as manifestações antiglobalização iniciadas em Seattle 1999; o segundo as interpreta como um despertar contemporâneo do movimento anarquista. Cabe registrar que o acompanhamento dos protestos em 2011, e continuidade das pesquisas em torno dos movimentos antiglobalização, confirmam a pertinência da análise proposta por Saul Newman. Esses dois trabalhos também trazem questões a serem trabalhadas em 2012 pela pesquisa sobre a relação entre a atuação de associações anarquistas nos meios eletrônicos e a relações e fagocitoses entre os diversos movimentos de política radical e a presença de associações declaradamente anarquistas ou libertárias.

O levantamento bibliográfico também apontou para uma incorporação das análises de Michel Foucault, em especial os estudos acerca da biopolítica, da governamentalidade e da racionalidade neoliberal, por uma literatura marxista contemporânea, para além, e simultaneamente, às formulações de Negri & Hardt. Da mesma maneira, observa-se a tentativa de se reciclar um discurso revolucionário, evocando figuras santas do catolicismo, como a figura de São Francisco de Assis para Negri & Hardt, a de São Paulo para Giorgio

Agamben e Allan Badiou e também de São Paulo e Jó, para Slavoj Žižek. Nesse sentido, mas em perspectiva de análise diversa, o fluxo *PCA* incorporou as conversações em torno da defesa da dissertação de mestrado de Gustavo Ramus de Aquino que analisou a literatura ligada ao anarcocristianismo de uma perspectiva foucaultiana, mostrando tanto as possibilidades de uma radicalização libertária a partir do chamado cristianismo primitivo, quanto uma conformação de certos anarquistas em tratar a revolução como telos e os escritos históricos como sagrados, aproximando-se, assim, da formação de uma *igreja* anarquista.

Política, protestos e campos de concentração a céu aberto

Os levantamentos, discussões e análises desse ano do fluxo *PCA*, registram coincidências entre os atuais protestos em todo planeta e a política nos campos de concentração. Coincidência que não se mostra fortuita, porém reitera a variação de condutas governadas na composição dos *campos de concentração a céu aberto*, na ampliação do controle constituindo subjetividades assujeitadas e vida policiada, como administração dos riscos e possibilidades.

Um dos nomes utilizados para designar os protestos globais de 2011, em especial no caso da Espanha, é *movimento de indignados*. Os protestos na Espanha reivindicam *democracia real*, controle social das transações financeiras e maior investimento na educação. Os jovens espanhóis disseram-se inspirados na *Primavera Árabe* e, por sua vez inspiraram os jovens chilenos que foram às ruas por melhorias na educação meses depois do 15 M (15 de maio de 2011), na Espanha. Estas referências *compartilhadas* mostram proximidades temporais e ausência de unidade programática de reivindicação ou organização, e fizeram com que o nome adotado pelos espanhóis passasse a designar o conjunto dessas manifestações de jovens no planeta: são chamados de movimentos dos

indignados ou de *ocupação* (na referência criada após o episódio de Wall Street, nos EUA).

Indignados remete a um texto curto e recente, traduzido para diversas línguas, o “Indignai-vos”, de Stéphane Hessel. O autor, com mais de 90 anos de idade, foi um dos redatores da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (documento que se pretende universal e demarca, do ponto de vista jurídico-político, como princípio de indignação a luta contra o nazismo, a necessidade de tolerância e o chamado a todos os povos para a superação do trauma que atingiu toda humanidade). Nota-se que não trata apenas da formulação quase programática vinculada à indignação como a busca da dignidade, mas procura conformar cada um como pertencente ao universal *humanidade*. A capacidade de se indignar, segundo Hessel, é o que nos faz humano. É a esta que toda ação política deve estar vinculada como maneira de não borrar a humanidade que constitui cada vivente no planeta. Esta seria uma conduta que, dentre outros efeitos, evitaria a repetição da experiência dos campos que colocou em questão o sentido da humanidade.

Agamben (2008), em livro no qual analisa a *literatura de testemunho*, ressalta como alguns sobreviventes dos campos de concentração valorizam sobremaneira a *dignidade*, creditada à manutenção da capacidade de se comunicar (capacidade vetada ao *mulçumano*, a figura do inumano e do não-humano nos campos de concentração nazistas). Mesmo sob as condições aviltantes, comunicar-se era manter o mínimo de dignidade como condição de humano e capacidade de salvar-se como sobrevivente. Calar e vagar como morto vivo era negar a humanidade constituinte.

A partir dessa relação, Agamben estabelece o sentido moral e histórico-político de um sujeito digno. “Digna é assim uma pessoa que, mesmo privada de qualquer dignidade pública, em todas as circunstâncias se comporta como se a tivesse. Isso é evidente nas classes que, depois da queda do *Ancien Régime*, perderam inclusive as últimas prerrogativas públicas que a monarquia absoluta

lhes havia deixado. E, mais tarde, nas classes humildes, excluídas por definição de qualquer dignidade política e às quais educadores de todos os tipos começam a dar aulas sobre a dignidade e a honestidade dos pobres” (Agamben, 2008: 74-75). Inusitada, mas paradoxalmente evidente coincidência (no sentido de coincidir e de remeter) entre os protestos globais e sua busca por dignidade e a produção de vida digna pelas *tecnologias sociais*, sejam elas promovidas pelo governo do Estado, seja pelo governo da chamada sociedade civil organizada por meio dos *negócios sociais*. Isso sugere a emergência do *ingovernável* nas ruas e praças como início da política, de uma nova tecnologia de governo? Se tomarmos essas mobilizações como pontos de fuga capazes de produzir um *ingovernável*, estará na sua busca por dignidade o princípio de novos investimentos políticos, de novas maneiras de fazer política, de outras formas de repor a velha ordem?

O duplo movimento das pesquisas realizadas no interior do fluxo *PCA*, chamou a atenção quanto ao refazer da política que oscila entre a melhoria do mundo e a salvação; entre melhorar e se distanciar da miséria extrema. A pesquisa registrou nesse ano de 2011 a intensificação de tecnologias de governos difusos e a busca por formalizações que incorporam insatisfações e indignações de um lado e, de outro lado, a sofisticação de tecnologias de governo. Simultâneo a esse movimento, os protestos e as formulações teóricas que se colocam como resistência vem se constituindo como campo de experiência para novas tecnologias de poder, que apontam para um novo limiar da política, a partir de seu evidente e acelerado esgotamento nas formas que se conheciam até então.

A pergunta a ser desdobrada é a seguinte: nesse choque estaria a constituição de uma subjetividade *resiliente*? Uma subjetividade ao mesmo tempo resistente e suportável, sob o entendimento mínimo de sua dignidade? A incorporação das práticas anarquistas pela política radical foi o elemento

decisivo para a constituição dessa hierarquia horizontal, de círculos conectados e abertos, na qual tudo gira, mas não sai do lugar?

Realizações para próximo período

O próximo período da pesquisa em *PCA* pretende acompanhar as Iniciações Científicas vinculadas ao projeto; continuar os estudos sobre os desdobramentos dos protestos iniciados em 2011; expandir o levantamento e a sistematização da produção sobre o que se nomeia como pós-anarquismo; dar continuidade aos levantamentos específicos e à pesquisa na grande imprensa escrita do estado de São Paulo a partir de temário indicado nesse relatório.

Dedicará especial atenção aos temas das *idades resilientes* e *idades sustentáveis*, além de expandir as pesquisas acerca do *negócio social* e seus efeitos nas práticas de governo da chamada sociedade civil organizada na produção de tecnologias sociais. O conceito de *resiliência*, como capacidade de absorver impacto sem deformar ou modificar a forma original, será considerado chave analítica para se compreender as resistências no presente.

O fluxo *PCA*, também estará atento à expansão dos controles médicos em torno do combate ao uso de psicoativos, em especial o *crack*, por meio dos CAPS-AD, campanhas educativas em parcerias com governos e ONGs e novas tecnologias de governo como os *Consultórios de Rua*, apontados nesse relatório. Esses temas dão continuidade aos interesses anunciados do fluxo em torno da composição dos *campos de concentração a céu aberto*, a produção de uma *vida polícia* e situação das resistências na sociedade de controle.

Desta maneira, o próximo período da pesquisa no fluxo temático pretende especificamente:

a) continuar os estudos sobre os desdobramentos dos protestos iniciados em 2011 e expandir o levantamento e a sistematização da produção em torno do que se nomeia como pós-anarquismo;

b) dedicar especial atenção aos temas das *ciudades resilientes* e *ciudades sustentáveis* e orientar pesquisas acerca do *negócio social* e seus efeitos nas práticas de governo da chamada sociedade civil organizada, considerando a formação de *elites secundárias*;

c) descrever as relações entre *tecnologias sociais* e *negócios sociais*;

d) estudar os controles médicos em torno do combate ao uso de psicoativos, em especial o *crack*, por meio dos CAPS-AD, campanhas educativas em parcerias com governos, ONGs e OSCIPs e novas tecnologias de governo como os *Consultórios de rua*, apontados no relatório 2011;

e) estudar organização de *comunidades* em São Paulo (*Cooperifa* e *1Dasul*), contrastando com Rio de Janeiro;

f) ampliar os estudos sobre a composição dos *campos de concentração a céu aberto*, a produção de uma *vida polícia* e situação das resistências na sociedade de controle;

g) indicar algumas considerações a respeito da nova subjetividade produzida pelas novas governamentalizações, considerando as relações razão-emoções, trabalho-ocupação-participação, na construção de um sujeito *melhorado* e tratar dos impasses anarquistas diante das capturas e conexões com práticas políticas radicais.

SITES

1. *Política radical*

Site Ocupa Sampa

<http://15osp.org/>

Entrevista com Antonio Negri (Diário Página 12). 28.11.2011

<http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-182207-2011-11-28.html>

Site Occupied London

<http://www.revoltcrisis.org/>

From the Greek Street in Occupied London

<http://www.occupiedlondon.org/blog/>

A Las Barricadas

<http://www.alasbarricadas.org/noticias/>

O Comum em revolta, Judith Revel e Toni Negri sobre as revoltas em Londres. Agosto de 2011.

<http://mariafro.com/2011/08/14/judith-revel-e-toni-negri-o-comum-em-revolta/>

Vírus Editorial (com textos sobre movimento contemporâneos)

<http://www.viruseditorial.net>

A política como lugar, por Saskia Sassen. Em O Estado de S. Paulo, 24.11.2011.

<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,a-politica-como-lugar-,814979,0.htm>

David Graeber, o anti-líder do Ocupa Wall Street. Revista Businessweek, 26.10.2011.

<http://www.businessweek.com/magazine/david-graeber-the-antileader-of-occupy-wall-street-10262011.html>

Discurso de Slavoj Žižek para o movimento Ocupa Wall Street, Site Operamundi, 11.10.2011

http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/esp_1659/a+tinta+vermelha+o+discurso+de+slavoj+zizek+no+occupy+wall+street.shtml

Entrevista de Zigmunt Bauman sobre os protesto de agosto em Londres

<http://oglobo.globo.com/mundo/foi-um-motim-de-consumidores-excluidos-diz-sociologo-zygmunt-bauman-2690805>

A globalização do protesto, entrevista com Saskia Sassen. O Estado de S. Paulo, 14.8.2011.

<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,a-globalizacao-do-protesto,758196,0.htm>

2. *Anarquistas*

Portal Anarquista no Chile

<http://archivohistoricolarevuelta.wordpress.com/bibliografia/>

ContraInfo, site de notícias anarquistas

<http://pt.contrainfo.espiv.net/>

Federação de Grupos da Cruz Negra Anarquista Ibérica

<http://www.nodo50.org/cna/>

Estudios, revista de pensamento libertário da CNT

<http://cnt.es/estudios/estudios-1-2011-revista-de-pensamiento-libertario>

Site da CNT

<http://cnt.es/>

El Libertario, periódico venezuelano.

<http://www.nodo50.org/elibertario/>

Anarchist Archive, biblioteca da Victory University, Canadá

<http://library.uvic.ca/dig/AnarchistArchive/index.html>

The Anarchist Library, com livros disponibilizados.

<http://www.theanarchistlibrary.org/>

Anarchist Archive, Centro de Pesquisa de história e teoria anarquista.

http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/index.html

International Institute of Social History (Max Nettlau Papers)

<http://www.iisg.nl/archives/en/files/n/ARCH01001full.php>

Monthly Review. Barbar Epstein “Anarchism and Anti-Globalization”, setembro de 2001.

<http://monthlyreview.org/2001/09/01/anarchism-and-the-anti-globalization-movement>

AKPress, editora anarquista.

<http://www.revolutionbythebook.akpress.org/new-ak-press-book-on-the-dec-2008-greek-uprisings/>

3. *Política do campo de concentração a céu aberto*

Observatório de Favelas

<http://www.observatoriodefavelas.org.br>

UPP Social no Facebook

<https://www.facebook.com/uppsocial?sk=wall>

UPP Social, site oficial do Governo do Rio de Janeiro

<http://www.uppsocial.com.br/>

I Encontro dos Municípios com Desenvolvimento Sustentável

<http://www.encontrodesenvolvimento.fnp.org.br/>

Secretaria Nacional da Defesa Civil: Construindo Cidades Resilientes

<http://www.defesacivil.gov.br/cidadesresilientes/>

CARE Somando forças até o fim da pobreza

<http://www.care.org.br>

Artemisia Negócios Sociais

<http://www.artemisia.org.br>

Potencia Ventures

<http://potenciaventures.net>

Crack, é possível vencer.

<http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/home>

Plano Brasil sem Miséria

<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>

Rede Internacional de Camaradagem nas Prisões — para além do crime e da punição.

<http://www.pfi.org>

Rede de Justiça Restaurativa On Line

<http://www.restorativejustice.org/>